
**NEGACIONISMO E INVISIBILIDADE:
O RACISMO CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

**NEGATIONISM AND INVISIBILITY:
RACISM AGAINST INDIGENOUS PEOPLES IN BRAZILIAN EDUCATION**

Geisla Letícia Oliveira da Pureza Santos¹

RESUMO

Este estudo analisa a invisibilização do racismo contra os povos indígenas no contexto da educação brasileira. A partir de uma abordagem crítica e interdisciplinar, examina-se como a escola, ao reforçar estereótipos e omitir a diversidade e a resistência indígena, contribui significativamente para a marginalização dessas populações. Mesmo com marcos legais importantes, como a lei 11.645/2008, que obriga o ensino da história e cultura indígena nas escolas, o currículo nacional ainda é fortemente marcado por uma perspectiva eurocêntrica. Essa limitação impede o reconhecimento dos povos indígenas como sujeitos históricos e detentores de saberes próprios. A pesquisa destaca a necessidade de políticas educacionais comprometidas com a inclusão de conhecimentos indígenas, a representatividade nos conteúdos escolares e a promoção da justiça histórica. Conclui-se que a superação do racismo indígena na educação brasileira exige ações concretas, como a valorização da diversidade cultural, a formação crítica e antirracista dos profissionais da educação e a construção de práticas pedagógicas inclusivas.

Palavras-chave: educação; racismo; povos indígenas; invisibilidade; currículo.

ABSTRACT

This study analyzes the invisibility of racism against indigenous peoples in the context of Brazilian education. From a critical and interdisciplinary approach, it examines how the school, by reinforcing stereotypes and omitting indigenous diversity and resistance, contributes significantly to the marginalization of these populations. Even with important legal milestones, such as Law 11.645/2008, which obliges the teaching of indigenous history and culture in schools, the national curriculum is still strongly marked by a Eurocentric perspective. This limitation prevents indigenous peoples from being recognized as historical subjects and holders of their own knowledge. The research highlights the need for educational policies committed to the inclusion of indigenous knowledge, representativeness in school content and the promotion of historical justice. It concludes that overcoming indigenous racism in Brazilian education requires concrete actions, such as valuing cultural diversity, critical and anti-racist training for education professionals and the construction of inclusive pedagogical practices.

Keywords: education; racism; indigenous people; invisibility; curriculum.

¹ Graduanda em Licenciatura Interdisciplinar em Linguagens e suas Tecnologias na Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB, Campus Jorge Amado. E-mail: geislaleticia1@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O racismo no Brasil é um problema estrutural profundamente enraizado e constantemente debatido em nossa sociedade. No entanto, essa questão costuma ser tratada de forma limitada, deixando de lado a discriminação sofrida pelos povos indígenas, que é amplamente negligenciada. Esse apagamento também se reflete no ambiente educacional, onde, sempre que a temática racial é abordada, as discussões tendem a ignorar as experiências dos povos indígenas. Essa invisibilização não é um fenômeno recente, mas um reflexo direto da colonização e das políticas de assimilação forçada (Silva Júnior 2008), que historicamente negaram sua identidade, cultura e direitos.

Conforme analisa Fanon (2008), a violência colonial não se limita ao controle físico, mas também se manifesta na desvalorização subjetiva e cultural dos povos dominados a partir da epidermização da inferioridade e superioridade. Esse mecanismo, que o autor denominou “epidermização da inferioridade e superioridade”, ajuda a compreender como o preconceito direcionado aos indígenas no Brasil assumiu características singulares: os povos originários foram alvo de projetos contínuos de apagamento cultural e desumanização, sendo sistematicamente afastados do reconhecimento pleno de sua existência e identidade.

O racismo, como fenômeno social, tem suas origens ligadas ao processo de colonização, quando as potências europeias, em busca de exploração e domínio, estabeleceram um sistema de hierarquia racial. As justificativas para essa dominação dos povos indígenas incluíam a ideia de que sua cultura era primitiva e que sua integração à sociedade europeia deveria ser forçada, criando assim um ciclo de destruição cultural. Baniwa (2006) complementa essa análise ao demonstrar como se configurou um verdadeiro epistemicídio contra os saberes indígenas, onde seus sistemas de conhecimento foram sistematicamente deslegitimados em favor de paradigmas eurocêntricos.

Esse processo de subordinação e apagamento, no entanto, não foi apenas um acontecimento do passado. A herança de séculos de colonização ainda marca as relações sociais e culturais, com os povos indígenas sendo frequentemente marginalizados e excluídos. A ideia de que os indígenas não seriam modernos ou civilizados contribuiu para sua representação como um estorvo à construção de um Brasil civilizado. Como observa Tassinari (2009), mesmo com o fim da colonização direta, essa mentalidade persistiu, refletindo-se nas políticas públicas

e na estrutura educacional, que continuaram a negar ou distorcer a presença e as contribuições dos povos indígenas para a formação da sociedade brasileira.

Além disso, o próprio conceito de racismo tem sido alvo de contestação, quando aplicado à realidade dos povos indígenas, sendo considerado inadequado por alguns estudiosos (Bonin, 2015 apud Milanez *et al.*, 2019), mesmo com todo o contexto de sofrimento e apagamento histórico que eles vivenciaram até aqui. Como aponta Peixoto (2017), “no contexto brasileiro, o racismo contra indígenas é explícito, mas raramente é identificado como tal”. Essa falta de visibilidade contribui para a perpetuação da marginalização dos indígenas e dificulta o reconhecimento das opressões enfrentadas.

No âmbito educacional, a ausência de uma abordagem mais inclusiva sobre os povos indígenas contribui para a manutenção desse apagamento histórico. Para Zema (2022), o ensino da história indígena, muitas vezes, é restrito a uma narrativa superficial e eurocentrada, e isso acaba reforçando estereótipos e não evidenciando a continuidade das culturas indígenas no presente. Como alerta Baniwa (2006), a escola tem sido tradicionalmente um espaço de reprodução da colonialidade, embora também possa se transformar em local de resistência e ressignificação cultural.

A implementação da Lei 11.645/2008, que determina a inclusão da história e cultura indígena no currículo escolar, ainda enfrenta desafios significativos na prática. Muitas vezes, o que é ensinado sobre os indígenas nas escolas limita-se a relatos coloniais ou representações distorcidas, sem mostrar a diversidade racial e a vitalidade das culturas indígenas que continuam existindo. Dessa forma, sem uma educação que reconheça e valorize as contribuições dos povos indígenas, a sociedade segue perpetuando a marginalização dos mesmos.

Diante disso, este estudo não pretende desvalorizar outras lutas contra o racismo, mas sim ampliar o debate sobre essa questão no Brasil, evidenciando a necessidade de incluir a realidade dos povos indígenas nas discussões sobre discriminação racial. Para isso, serão abordados os impactos do racismo sobre os indígenas, sua invisibilização no sistema educacional e a importância de uma abordagem mais abrangente e inclusiva desse tema, que reconheça a história, a cultura e as lutas desses povos.

2 A EXCLUSÃO DOS POVOS INDÍGENAS DAS DISCUSSÕES SOBRE RACISMO

No Brasil, o debate sobre racismo é frequentemente pautado por uma perspectiva restrita, o que acaba invisibilizando a realidade dos povos indígenas. Essa abordagem limitada a longa história de discriminação, violência e tomada territorial enfrentada por essas populações desde a colonização. Além disso, como aponta Baniwa (2006), a ausência dessas discussões nos espaços públicos e acadêmicos reforça a marginalização dos indígenas, dificultando o reconhecimento de seus direitos e a implementação de políticas de reparação.

Esse apagamento histórico também se reflete na abordagem tradicional, que, ao longo do tempo, negligenciou o protagonismo da resistência indígena e negra à colonização (Milanez *et al.*, 2019). Muitas narrativas trataram a colonização como algo positivo ignorando a violência, a exploração e as formas de resistência desses povos.

Além de não reconhecer essa resistência de forma adequada, essa perspectiva contribuiu para a construção de um discurso que coloca os povos indígenas numa realidade pertencente ao passado, reforçando a ideia de sua extinção. Como resultado, a história oficial ignorou a continuidade da luta indígena e o impacto persistente do genocídio, da retirada forçada de suas terras e da violência que esses povos enfrentam até hoje.

Essa invisibilidade e negacionismo também estão relacionadas ao que Kabengele Munanga chama de “Mito da democracia racial”. Para ele, até alguns anos atrás, esse assunto não despertava grande atenção na sociedade. Como ele aponta:

Os responsáveis do país pareciam viver com consciência tranquila, de acordo com o ideal do mito de democracia racial que apresentava o Brasil como um paraíso racial, isto é, um país sem preconceito e discriminação raciais. Em razão desse ideal, o Brasil viveu muito tempo sem leis protecionistas dos direitos humanos dos não brancos, justamente porque não eram necessárias, tendo em vista a ausência dos preconceitos e da discriminação racial, pensavam. Enquanto permanecia essa consciência tranquila dos dirigentes e da sociedade civil organizada, inúmeras injustiças e violações dos direitos humanos foram cometidas contra negros e povos originários, como demonstradas pelas pesquisas quantitativas que o IBGE e o Ipea vêm realizando nos últimos vinte anos. (Munanga, 2022, p. 119).

Essa crença consolidou a ilusão de que o Brasil era um país onde diferentes grupos raciais conviviam de forma igualitária, sem a necessidade de intervenções para corrigir desigualdades (Avila, 2019). Como consequência, durante décadas, a formulação de políticas públicas voltadas à promoção da equidade foi negligenciada, sob o pretexto de que todos possuíam as mesmas oportunidades.

A visão distorcida da realidade não apenas dificultou o reconhecimento do racismo, mas também permitiu que injustiças históricas permanecessem (Santos, 2022). Sem medidas concretas para reverter essa situação, a população menosprezada seguiu sendo marginalizada, reforçando um ciclo de exclusão social que persiste até os dias atuais.

3 O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO REFORÇO DO NEGACIONISMO E NO IMPACTO DO RACISMO NA VIDA ESCOLAR DOS INDÍGENAS

A educação é uma das principais ferramentas de construção social, sendo capaz de moldar percepções, fortalecer identidades e influenciar comportamentos. Ela tem o poder de perpetuar estereótipos ou, ao contrário, de promover consciência crítica e valorização da diversidade. Nesse sentido, para Zema (2022), o modo como os conteúdos são apresentados nas escolas impacta diretamente a forma como diferentes grupos sociais são reconhecidos (ou invisibilizados) no imaginário coletivo.

O ensino brasileiro, de modo geral, ainda apresenta uma visão bastante limitada sobre os povos indígenas. Nas escolas, eles costumam ser retratados apenas no contexto da colonização, como se tivessem existido apenas naquele momento ou tivessem parado no tempo. Essa forma de ensinar apaga aspectos fundamentais de suas histórias, culturas e lutas que seguem vivas até hoje.

Esse olhar estreito impede que os estudantes conheçam a riqueza e a diversidade dos cerca de 279 povos indígenas que vivem no Brasil atualmente (ISA, 2025). Também ignora a força e a resistência desses povos, que ao longo dos séculos se reinventaram e lutaram para manter suas línguas, tradições e modos de vida.

Um problema recorrente nesse processo é a generalização. Os materiais didáticos muitas vezes tratam os povos indígenas como se fossem todos iguais, com o mesmo jeito de viver, de falar, de se vestir. Lessa (2016), chama atenção para esse erro, pois, ao ignorar as diferenças culturais, sociais e linguísticas entre os grupos, a escola reforça estereótipos e apaga a pluralidade indígena. Com isso, os estudantes acabam formando uma imagem distorcida da realidade.

Além disso, raramente se fala sobre as relações que os povos indígenas constroem com a sociedade ao redor, suas lutas por direitos, ou como seguem se adaptando às mudanças do

mundo. Isso dificulta ainda mais o entendimento da sua presença e contribuição no Brasil de hoje.

Outro ponto importante é a maneira como as violências históricas são abordadas, ou, na maioria das vezes, como são apagadas. A escravização, os massacres, a expropriação territorial e as doenças introduzidas pelos colonizadores frequentemente são minimizadas ou mesmo omitidas nos livros didáticos.

Como destaca Silva (2008), essa invisibilização reforça mitos nocivos, como o da "civilização" imposta de forma pacífica. Mas a verdadeira história mostra o contrário, houve resistência desde o início, em fugas, enfrentamentos, alianças e, principalmente, na preservação de suas culturas apesar de todas as tentativas de apagamento. Exemplo disso é a Confederação dos Tamoios (1554-1567), que representou uma das mais significativas alianças intertribais contra a dominação portuguesa. Como demonstra Monteiro (1994), essa revolta dos povos originários não apenas sustentou uma resistência militar por mais de dez anos, mas chegou a colocar em risco o projeto colonial na região sudeste, forçando a Coroa portuguesa a mobilizar recursos significativos para sua repressão.

No entanto, mesmo diante dessa trajetória de resistência, esse silenciamento se estende também aos dias atuais. Mesmo com os avanços no debate sobre diversidade e inclusão, a pauta indígena ainda ocupa um espaço secundário até mesmo dentro das discussões que se dizem antirracistas. Quando se apaga ou minimiza a presença indígena, reforça-se a falsa ideia de que sua luta não faz parte das grandes questões sociais do Brasil. E tudo isso tem reflexos diretos no ambiente escolar. Muitos estudantes indígenas continuam enfrentando preconceito, discriminação e dificuldades de aceitação. Suas identidades culturais, em vez de serem valorizadas, são muitas vezes ignoradas ou distorcidas.

Figura 1 - Estudantes indígenas e quilombolas marcham em Brasília



Fonte: Liebgott (2020).

Poço e Dal Mas Dias (2018) observam que, apesar das garantias legais para preservar a cultura indígena, os livros didáticos ainda apresentam imagens estereotipadas dos povos indígenas. Esse imaginário é frequentemente reforçado por práticas escolares como o “Dia do Índio”, que, ao invés de valorizar a diversidade e a complexidade das culturas indígenas, acaba por reduzi-las de formas descontextualizadas (Bonin, 2012). Essa representação limitada contribui para que os estudantes se sintam deslocados e marginalizados dentro da escola.

A própria ausência de dados sobre estudantes indígenas dificulta a criação de políticas públicas que atendam às suas necessidades. Como alerta Aurora (2018), quando esses alunos não são sequer reconhecidos oficialmente, é muito mais difícil garantir inclusão e respeito na prática.

Mas os desafios não param aí. A educação escolar indígena também sofre com obstáculos estruturais muito concretos como o acesso físico à escola. Muitas comunidades vivem em áreas distantes, com estradas ruins, falta de transporte escolar e infraestrutura precária. Peixoto (2017), relata que, em várias regiões, crianças indígenas precisam caminhar quilômetros ou depender de transportes precários para conseguir chegar até uma escola urbana, onde, em vez de inclusão, muitos encontram um ambiente hostil e racista.

Outro aspecto importante é a falta de representatividade entre os professores. São poucos os docentes indígenas nas escolas, e os professores não indígenas muitas vezes não têm formação adequada para lidar com as especificidades culturais desses estudantes. E isso é

resultado direto do racismo estrutural, que atravessa todo o sistema educacional e impede a criação de políticas verdadeiramente inclusivas. O INE (2025) também aponta a ausência de programas consistentes de formação e valorização dos educadores indígenas como um grande entrave para uma educação de qualidade.

Não basta apenas garantir que estudantes indígenas entrem na escola, é preciso garantir que eles se sintam pertencentes a esse espaço. Isso só será possível com políticas públicas comprometidas, com a valorização das culturas indígenas no currículo, com a formação de professores sensíveis à diversidade e, sobretudo, com o reconhecimento de que a luta indígena é parte fundamental da construção de um país mais justo.

4 DESAFIOS E CAMINHOS PARA O RECONHECIMENTO DO RACISMO INDÍGENA NA EDUCAÇÃO

O racismo contra os povos indígenas ainda é invisível em muitos espaços, especialmente no ambiente educacional. As escolas, enquanto lugares de construção de identidades e valores, refletem a sociedade em que estão inseridas, e isso inclui a perpetuação de estereótipos e práticas discriminatórias contra os povos indígenas.

Como afirma Munanga (2005), o racismo no Brasil é multifacetado e afeta diferentes grupos étnicos de formas distintas. A população indígena, em particular, sofre uma forma de discriminação que se entrelaça tanto com o racismo estrutural quanto com o apagamento de sua história e cultura. Essa invisibilidade é um dos maiores obstáculos ao reconhecimento do racismo indígena no contexto educacional (Bonin, 2012). As narrativas históricas, geralmente construídas sob uma perspectiva eurocêntrica, omitem as contribuições indígenas para a formação da sociedade brasileira, relegando os povos originários à margem do conhecimento escolar.

Figura 2 - Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena, ISA e Alana avaliam aplicação da Lei de Ensino de História e Cultura Indígena



Fonte: Soares (2025)

Para muitos estudantes indígenas no Brasil, a realidade escolar é marcada por enormes dificuldades de adaptação. O sistema educacional, muitas vezes, não leva em consideração suas especificidades culturais. Nas escolas das comunidades indígenas, a falta de infraestrutura e recursos para respeitar e promover o saber tradicional é uma constante. Para os alunos indígenas que frequentam escolas urbanas, os desafios são ainda maiores.

9

Eles enfrentam preconceitos diretos de colegas e professores, que frequentemente veem suas culturas como exóticas ou irrelevantes para o currículo escolar. Segundo um estudo de Silva (2018), cerca de 60% dos alunos indígenas se sentem discriminados ou marginalizados na escola devido à falta de representatividade e de conteúdos que validem suas culturas. Além disso, o ensino das línguas indígenas é extremamente restrito, com apenas 0,5% das escolas no Brasil oferecendo aulas de línguas indígenas como disciplina regular.

A implementação de políticas públicas que reconheçam o racismo indígena é crucial para garantir uma educação inclusiva e transformadora. A Lei 11.645/2008, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), determina que as escolas abordem o ensino da história e cultura indígena, mas sua aplicação ainda é incipiente em várias regiões, pois o currículo escolar permanece pautado por uma visão eurocêntrica.

Iniciativas como o Programa Nacional de Educação Escolar Indígena (PNEEI), lançado pelo Ministério da Educação, buscam integrar as culturas indígenas ao currículo escolar, mas enfrentam barreiras como a falta de formação para os professores e a resistência às mudanças nos currículos tradicionais. A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que reconhece a diversidade cultural como um princípio pedagógico

(Brasil, 2017), representa um avanço, mas ainda precisa ser acompanhada de forma eficaz para se transformar em realidade nas escolas.

Para que o racismo indígena seja efetivamente reconhecido e combatido, é essencial que as escolas adotem práticas de educação antirracista e que professores e gestores escolares estejam preparados para lidar com as especificidades culturais de seus alunos. Isso implica a inclusão de conteúdos indígenas no currículo, o respeito pelas tradições culturais e a criação de ambientes escolares acolhedores que celebrem a diversidade.

A presença indígena na escola vai muito além de um simples desafio, ela representa uma forma cotidiana de resistência e afirmação identitária frente a estruturas educacionais. É fundamental que a escola se torne um espaço de valorização da diversidade, em que a identidade indígena possa se expressar plenamente. A vivência escolar indígena, portanto, revela uma luta constante por reconhecimento, respeito e pertencimento dentro de um sistema ainda excludente (Baniwa, 2019).

Portanto, o reconhecimento do racismo indígena na educação não se resume a torná-lo visível, mas também a promover ações concretas por meio de políticas públicas, formação docente e práticas escolares inclusivas. A luta por uma educação que respeite e celebre as culturas indígenas é uma parte fundamental da luta contra todas as formas de racismo no Brasil.

10

5 CONCLUSÃO

A presente análise evidenciou como o racismo contra os povos indígenas permanece invisibilizado no contexto educacional brasileiro, sendo frequentemente excluído das discussões sobre desigualdade racial. Essa invisibilização, ancorada em um modelo de sociedade estruturado pelo colonialismo e pelo eurocentrismo, revela a persistência de um sistema que desvaloriza os saberes e as culturas indígenas, negando-lhes protagonismo nas políticas educacionais e nos currículos escolares. Conforme destaca Munanga (2005), o mito da democracia racial contribuiu decisivamente para essa negação histórica, ao alimentar a falsa ideia de igualdade entre os grupos étnicos no Brasil e dificultar a formulação de ações reparatórias para os povos originários.

No âmbito educacional, a perpetuação de estereótipos e a ausência de representatividade indígena nos materiais didáticos e no corpo docente reforçam práticas excludentes. Como discutem Poço e Dal Mas Dias (2018), os livros escolares ainda apresentam

uma imagem homogênea e reducionista dos povos indígenas, relegando suas existências ao passado. Essa abordagem empobrece a compreensão dos estudantes sobre a diversidade étnica brasileira e contribui para a marginalização de alunos indígenas, que frequentemente enfrentam ambientes hostis, preconceituosos e culturalmente desrespeitosos.

Romper com esse ciclo de apagamento exige o reconhecimento explícito do racismo contra os povos indígenas e a adoção de práticas educacionais mais inclusivas. Mignolo (2018), propõe uma crítica contundente à imposição dos saberes ocidentais como universais, defendendo a valorização de epistemologias outras, como as indígenas, como condição essencial para a justiça epistêmica. Nesse sentido, a reformulação dos currículos escolares deve considerar não apenas a presença simbólica dos povos indígenas, mas sua inclusão efetiva como sujeitos de conhecimento, com direito a contar suas histórias e transmitir seus valores.

A implementação de diretrizes para a valorização indígena enfrenta entraves significativos, especialmente pela falta de formação específica dos docentes e pela resistência de setores conservadores que ainda veem a diversidade como ameaça e não como potência. A esse respeito, Baniwa (2019) destaca que é fundamental que as políticas educacionais levem em conta as particularidades socioculturais dos povos indígenas, respeitando seus modos de vida e projetos comunitários.

Nesse processo, a formação de professores desempenha papel central. É imprescindível investir em processos formativos que desenvolvam uma abordagem crítica das relações étnico-raciais, superando as práticas que reproduzem preconceitos e exclusões. Além disso, a produção de materiais didáticos decoloniais, elaborados com participação de lideranças indígenas, pode contribuir para ressignificar a presença indígena na escola como parte integrante e viva da sociedade contemporânea.

Portanto, é urgente inserir os povos indígenas como sujeitos centrais no debate sobre racismo e desigualdade no Brasil. Essa centralidade não deve ser compreendida como uma substituição de narrativas, mas como a ampliação necessária de um campo de disputa por justiça social, reconhecimento e reparação histórica. Ser indígena na escola é um ato de resistência cotidiana, e a educação deve ser um instrumento de fortalecimento dessas identidades, e não de sua negação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvo Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Editora Letramento, 2018.

AURORA, Braulina. **Estudantes indígenas: a invisibilidade nas instituições de ensino e nos dados estatísticos.** Revista de Estudos em Relações Interétnicas | Interethnica, [S. l.], v. 21, n. 3, p. 3–7, 2018.

AVILA, Matheus F. Franklin. Mito da democracia racial: três visões acerca da legitimação da desigualdade social no Brasil. *In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS, 2019. Anais [...].* [S.l.]: Sociedade de Estudos e Pesquisas, 2019.

BANIWA, Gersem Luciano da Silva. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006.

BANIWA, Gersem. **Educação Escolar Indígena No Século XXI: Encantos E Desencantos.** Rio de Janeiro: Mórula; Laced, 2019.

BONIN, Iara Tatiana. Educação escolar indígena e docência: princípios e normas na legislação em vigor. *In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida; ZEN, Maria Isabel Hab ckost Dalla; XAVIER, Maria Luisa Merino de Freitas (Org.). Povos indígenas e educação.* 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

BONIN, Iara. Racismo: desejo de exterminar os povos e omissão em fazer valer seus direitos. *In: CIMI. Relatório: Violência contra os povos indígenas no Brasil. Dados 2014.* Brasília: Cimi, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 25 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação – Planejamento.** Governo Federal, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional/orgaos-especificos-singulares/secretaria-de-modalidades-especializadas-de-educacao/planejamento>. Acesso em: 22 maio 2025.

CARVALHO SILVA, Renata. Mito e o Ensino de História e Cultura Indígena em perspectiva decolonial. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 31, 2018, p. 26-48, 2018.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Tradução de Renato da Silveira. 3. ed. Salvador: EDUFBA, 2008.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Quem são.** Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Quem_s%C3%A3o. Acesso em: 2 abr. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ENSINO (INE). **Desafios e oportunidades na formação de professores indígenas**. Disponível em: <https://blog.institutoine.com.br/desafios-e-oportunidades-na-formacao-de-professores-indigenas>. Acesso em: 9 abr. 2025.

KAMBEBA, Márcia Wayna. Ser indígena na cidade. In: COSTA, Suzane Lima; XUCURU-KARIRI, Rafael (org.). **Cartas para o bem viver**. São Paulo: Jandaíra, 2023. p. 79–81.

LESSA, Agla Mendes de Melo. **Imagens e olhares: povos indígenas e a construção/reforço de estereótipos através de imagens dos séculos XVI-XVII e XIX-XX utilizadas como complementos em conteúdos na sala de aula**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2016

LIEBGOTT, Roberto Antônio. **O governo brasileiro: ideologia, pressupostos e concepções genocidas sobre os povos indígenas**. Conselho Indigenista Missionário, 2020. Disponível em: <https://cimi.org.br/2020/02/o-governo-brasileiro-ideologia-pressupostos-e-concepcoes-genocidas-sobre-os-povos-indigenas/>. Acesso em: 2025

MIGNOLO, Walter; WALSH, Catherine E (editors). **On Decoloniality: Concepts, Analytics, Praxis**. Durham and London: Duke University Press, 2018. p. 81-98.

MILANEZ, Felipe *et al.* Existência e diferença: o racismo contra os povos indígenas. **Revista Direito Práx.**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 03, p. 2161-2181, 2019.

13

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MUNANGA, Kabengele. O mundo e a diversidade: questões em debate. **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 36, n. 105, p. 117–130, 2022.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PEIXOTO, Kércia Priscilla Figueiredo. Racismo contra indígenas: reconhecer é combater. **Revista Antropológicas**, ano 21, v. 28, n. 2, p. 27-56, 2017.

PINTO, Gabriela de Paula; XAVIER, Giseli Aparecida. Representações do indígena na escola: um olhar sobre as práticas docentes e o “Dia do Índio”. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 128–147, 2019.

POÇO, Claudinei de Aro; DAL MAS DIAS, Elaine Teresinha. A educação escolar do indígena brasileiro. **Cadernos de Pós-graduação**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 33–53, 2018.

SANTOS, Géssica de Cássia Araújo dos. O negacionismo e a desconstrução do racismo na sociedade brasileira. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 7, e13411729675, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i7.29675.

SILVA JÚNIOR, Gerson Alves da. **Política de assimilação: educação escolar indígena em Alagoas a partir da Constituição de 1988.** 2008. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal de Alagoas, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Maceió, 2008.

SILVA, Shirley Aparecida. Currículo e diversidade étnico-racial: entre políticas e práticas. *In*: LIMA, C. P. (org.). **Educação e relações étnico-raciais: desafios da formação docente.** São Paulo: Cortez, 2018. p. 115–130.

SOARES, M. **Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena, ISA e Alana avaliam aplicação da Lei de Ensino de História e Cultura Indígena.** 2025. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/forum-nacional-de-educacao-escolar-indigena-isa-e-alana-avaliam-aplicacao>. Acesso em 19 mar. 2025.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz; GOBBI, Izabel. Políticas públicas e educação para indígenas e sobre indígenas. **Educação: Revista do Centro de Educação, Santa Maria**, v. 34, n. 1, p. 95–112, jan./abr. 2009.

ZEMA, Ana Catarina. **Por uma descolonização do Ensino da História Indígena no Brasil.** Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/por-uma-descolonizacao-do-ensino-de-historia-indigena/>. Acesso em: 19 mar. 2025.